

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nos Paços do Concelho pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 2 de dezembro de 2022, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação do empréstimo de curto prazo – exercício económico de 2023.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação das alterações ao regulamento municipal do Programa Municipal de Arrendamento Acessível;
- 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração à Estratégia Local de Habitação de Peso da Régua.
- 5) Apresentação, discussão e aprovação da aquisição de serviços – Revisor oficial de contas.
- 6) Apresentação, discussão e aprovação da proposta para obras de conservação do Edifício sede da Casa do Douro.
- 7) Apresentação, discussão e aprovação do protocolo com vista ao procedimento único do concurso público para aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para as instalações dos municípios da CIM Douro e afins-2023.
- 8) Apresentação, discussão e aprovação da proposta de alteração ao tarifário de resíduos sólidos urbanos.
- 9) Apresentação, discussão e aprovação da proposta de alteração do apoio social para o abastecimento de água e saneamento.
- 10) Apresentação, discussão e aprovação do orçamento e plano plurianual de investimentos de 2023.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Deputados Alexandra Maria Fonseca Canário Xavier, Ana Paula Teixeira de Carvalho, Mário Jorge Quifones Janeiro e Paulo Alexandre Primo Joaquim, tendo sido substituídos pelos Deputados Carla

Alexandra Paiva de Carvalho, Marlene Monteiro de Almeida, Ricardo Filipe Eusébio Martins e Gilberto Carlos Pereira de Magalhães, respetivamente.

No âmbito do conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da receção de uma carta de insatisfação por parte do ACES Douro I – Marão e Douro Norte, solicitando substituição do deputado indicado. Foi feito um intervalo para discussão do assunto pelos grupos municipais.

Usou da palavra o Deputado do CH, Eduardo Miranda, explanando exaustivamente a razão da queixa apresentada pelo ACES Douro I – Marão e Douro Norte.

Interveio a Deputada do PS, Carla Borges, referindo nada ter contra a pessoa do Deputado Eduardo Miranda, salientando, no entanto, que o grupo municipal mantém a sua candidatura anterior da Deputada Paula Teixeira, para evitar questões que possam existir entre o Município e o ACES Douro I – Marão e Douro Norte.

Usou da palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, esclarecendo que nada existe contra o Deputado Eduardo Miranda, até porque foi o grupo municipal do PSD que o propôs para o efeito, mantendo desta forma, a sua indicação como representante da Assembleia Municipal no órgão do ACES Douro I – Marão e Douro Norte.

Tomou a palavra o Deputado do CH, Eduardo Miranda, referindo que cresceu a vontade em representar o Município, considerando atroz o que está na carta do ACES Douro I – Marão e Douro Norte, dirigida à Assembleia Municipal.

Interveio o Sr. Presidente da Mesa, aludindo a que se mantém a deliberação anterior, ficando igualmente o Deputado Eduardo Miranda a representar a Assembleia Municipal no órgão do ACES Douro I – Marão e Douro Norte.

Posta à votação, nenhum das Sras. e dos Srs. Deputadas(os), se opôs à manutenção do Deputado Eduardo Miranda no órgão supramencionado.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra o Deputado do CH, Eduardo Miranda, referindo um caso que já havia falado numa Assembleia Municipal anterior relativamente à AdiN, salientando que houvesse menos burocracia na resolução de processos, dando ainda nota e questionando o porquê de a Avenida Antão de Carvalho ainda se manter com um sentido de tráfego. Por último, sugeriu ao Presidente da Câmara Municipal que seja alugado o bar à beira-rio.

Tomou a palavra a Deputada do PS, Carla Borges, referindo a Vigília junto ao Tribunal de Peso da Régua, para relembrar a Declaração dos Direitos Humanos, lembrando o art.º 1º da mesma declaração de modo a salientar a centralidade e atualidade do mesmo ainda nos dias de hoje. Salientou ainda, as celebrações de encerramento do 20º aniversário da inscrição do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Humanidade, reconhecida pela UNESCO.

De seguida teve a palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que reforçou as felicitações feitas na ulterior Assembleia Municipal Extraordinária, acerca do aniversário da Real Associação dos Bombeiros de Peso da Régua e felicitou ainda, os 6 clubes desportivos da nossa cidade.

Usou da palavra o Deputado do CH, Eduardo Miranda, que efetuou uma análise acerca de uma entrevista dada ao jornal Sol, referente aos direitos humanos e à sua atualidade, bem como às incongruências cometidas pelo “mundo ocidental”. Já no respeitante, ao Douro, tópico previamente abordado pelo grupo municipal do PS, solicitou ao mesmo informações sobre a Casa do Douro, nomeadamente aproveitando a situação de maioria absoluta e a presença na Assembleia da República do Deputado conterrâneo Agostinho Santa.

No período de intervenção aberto aos Municípes presentes não se registaram intervenções.

Procedeu-se à discussão e votação da ata da última Assembleia Municipal ordinária, tendo sido a mesma aprovada, com 25 votos a favor e 4 abstenções e de seguida efetuou-se a discussão e votação da ata da Assembleia Municipal extraordinária, tendo sido a mesma aprovada, com 23 votos a favor e 6 abstenções.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos e respondeu às questões do Deputado do CH, Eduardo Miranda, referindo que quanto ao excesso de burocracias da AdIN, concorda com o facto de as respostas ainda não serem breves. Já no referente à abertura do bar na zona ribeirinha, não tem havido por parte da APDL um procedimento concursal que motive a exploração daquele espaço. Quanto ao mercado municipal pretende uma transformação no mesmo, nomeadamente na antiga

peixaria, para criar uma dinâmica de animação. Em resposta à Deputada do PS, Carla Borges, no referente às celebrações de encerramento, no dia 14 de dezembro, dos 20 anos do Douro como património da Humanidade, ressaltando que lhe apraz sempre homenagear aqueles que trabalharam até ao reconhecimento, na qualidade de obreiros das condições distintas e únicas que compõem o nosso território.

Usou da palavra a Deputada do PS, Carla Borges, questionando sobre a que dizem respeito os dois novos processos jurídicos do Município.

No que concerne à atividade da Câmara Municipal, destacou alguns pontos:

- Reunião com a Caixa de Crédito, juntamente com o Centro de São Pedro de Loureiro e a junta de freguesia para garantir financiamento complementar para o projeto do lar, relativamente ao financiamento do PARES.
- Reunião com a ACIR, entidade com a qual o município tem tido uma parceria permanente, resultando em diversas atividades conjuntas, criando dinâmica comercial.
- Reunião com o responsável das autarquias locais da Região Norte da E-Redes devido a problemas energéticos transversais a todo o território, tendo sido referido por um lado os constrangimentos do fornecimento de energia no nosso concelho nos edifícios e na iluminação pública, com elevada burocracia para a substituição de iluminárias e resultou desta reunião a promessa de que no seguinte o concelho teria todas as iluminárias a LED.
- Reunião com a Infraestruturas de Portugal para discutir problemas que ainda persistem nas estradas Municipais e resolvê-los em articulação com a AdIN com as obras de melhoria do ramal das águas.
- Reunião com o Presidente das Caves do Vale do Rodo, com uma dimensão elevada que é desajustada à realidade empresarial atual, e desta feita, poder haver uma zona industrial/oficinal que rentabilize o espaço e tenha espaços anexos a privados.
- Reunião com a Segurança Social, no âmbito da descentralização de competências na área social, alinhando este procedimento nomeadamente em termos de envelope financeiro.
- Presença no fórum Discovery Douro, no âmbito da cidade europeia do vinho 2023, com o enfoque numa estratégia que aposte na absorção do mercado populacional do lado espanhol, de modo que possa visitar, consumir e permanecer nos nossos territórios.

- Referência ao sucesso do Passaporte Douro, que tem contribuído para uma dinâmica turística com cerca de 17 mil passaportes na rua.
- Inauguração do CRIVO, da fundação Museu do Douro, mais um centro de visita, um espaço de convívio e dinâmica musical.
- Integrou a comitiva da CIM Douro que foi a Bruxelas, à semana europeia das Regiões, no sentido de reivindicar diretamente com a comissária europeia, acerca da organização dos fundos comunitários e a sua organização e o estado das estradas na região, apelando à criação de uma linha de investimento para a requalificação das vias de comunicação municipais.
- Apresentação dos estudos técnico e financeiro, da linha do Douro em Freixo de Espada à Cinta, com a presença dos ministros das Infraestruturas e da Coesão Territorial, com um compromisso político de que a linha Pocinho-Barca D’Alva iria ser uma realidade.
- Eventos nas Freguesias, como o III Festival das Sopas e do Binho em Poiares, com consolidação crescente no concelho.
- Assinatura do protocolo a fim de continuar o procedimento de esterilização dos cães e gatos de companhia, com o tecido associativo do concelho.
- Reuniões com os proprietários do parque habitacional, nomeadamente no vulgo “Bairro Branco”, para a constituição de condomínios obrigatória por lei, com a Câmara a assumir os custos de constituição dos condomínios inicialmente a fim de estarem criadas as condições para a constituição de candidaturas para a reabilitação daquele parque habitacional através dos apoios previstos pelo 1º Direito.
- Referência à premência de criação de habitação a custos controlados para fazer face aos preços elevados no mercado e insistir cada vez mais na reabilitação de edifícios devolutos.
- Ações de sensibilização e informação acerca dos direitos das crianças, do cancro da mama, Douro Património Mundial.
- Início das feiras de artesanato das artesãs locais, no teatrinho reguense.
- Empreitadas a decorrer, Hospital D. Luiz I, Caldas do Moledo, Avenida Manuel de Arriaga, numa fase terminal, com uma faixa de terreno em que seja alargada a via de circulação e a criação de passeios e 2 faixas de estacionamento.

- Execução de uma caução com a caixa geral de depósitos, a caução ativa, teve uma ausência de resposta pela parte do banco público.
- Participação nas comemorações do Centenário do Nascimento de Agustina Bessa Luís, nomeadamente através da Vice-Presidente.
- Casa Vaz no Peso, tem um projeto para criar a Academia Douro e Porto, para todos os cursos nacionais e internacionais acerca do vinho e derivados.

Toma a palavra a Deputada do PS, Carla Borges, que aludiu acerca da importância de se gastar tempo na Assembleia a fim de todos estarem mais e melhor informados acerca dos assuntos que dizem respeito ao concelho e nesta medida após a análise do expediente, o grupo municipal pretende saber mais desenvolvimentos acerca das reuniões com o Sr. Reitor da UTAD, com os responsáveis do departamento de desporto da UTAD, responsável do baldio da ferraria – Sedielos e por último acerca da reunião da comissão municipal de apoio ao idoso.

Usa da palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, enaltecendo a finalização da execução de obras que estavam no quadro comunitário 2020, bem como a atividade cultural, desportiva e recreativa levada a cabo no concelho. Nesta senda, destacou a atividade do Mercado Municipal com Arte, que veio dar razão à necessidade de requalificação daquele espaço e ainda acerca da 2ª fase das obras do Mercado Municipal. Aludiu ainda, a importância de atividades para seniores como o almoço de Natal sénior, as atividades culturais no AUDIR, dirigidas a estas faixas etárias, sugerindo que estas sejam ampliadas não só para os seniores institucionalizados, mas também para os das freguesias. Como nota final, realçou os 27 projetos que estão em execução, prova do dinamismo do executivo municipal.

Intervém o Deputado do PSD, Miguel Saraiva, destacou a extensa atividade e a aproximação e apoio a todas as associações culturais, recreativas e desportivas do concelho. Fez menção ao projeto das piscinas municipais, nomeadamente o grupo de natação que tem levado o nome do município pelo distrito e país a fora, questionando acerca da intensão do executivo quanto a este grupo se o mesmo se manterá sobre a alçada do mesmo, ou passará para uma das associações do concelho e ainda quanto às piscinas municipais, o número de atletas e o número de utentes das mesmas.

Intervém a Deputada do PSD, Cátia Trindade, que realçou 4 pontos, acerca da descrição da atividade do executivo municipal. Destacou o orgulho que é pelo facto de o executivo

ter muita proximidade com as associações do concelho, estando sempre na linha da frente para o apoio às mesmas. Salientou a inauguração do espaço CRIVO da Fundação Museu do Douro, pelas valências que trará e para o dinamismo em termos turísticos e no domínio cultural, aludiu à importância da participação de Peso da Régua nas comemorações do centenário de Agostinha Bessa Luís e para finalizar destacou a aplicabilidade e o sucesso do passaporte Douro no nosso território, na captação de pessoas, levando-as a conhecer mais e melhor o território e as suas valências.

Para fins de encerramento da discussão do ponto 1, usou da palavra o Sr. Presidente, respondendo à Deputada Carla Borges, esclarecendo que a reunião com o Sr. Reitor da UTAD, foi no âmbito da candidatura da mesma ao curso de medicina, revelando que o intuito da candidatura é a formação de médicos de proximidade. Referiu o estudo de viabilidade económico-financeiro que está a ser levado a cabo no respeitante à utilização do espaço do centro de saúde para a criação de um parque de estacionamento com cerca de 50 lugares e no patamar superior criar unidades de reabilitação e imagiologia, blocos operatórios e cerca de 7 camas de ambulatório. Este estudo foi introduzido no âmbito da reunião com o Sr. Reitor da UTAD, com uma estimativa de investimento de 6 milhões de euros, com uma ligação preferencial ao setor social.

Fez menção ao facto de se estar a discutir o próximo quadro comunitário com a comissão de coordenação, de modo que haja projetos já identificados para aplicar no terreno e ainda nesta sequência referiu uma reunião em conjunto com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, com o Ministro das Infraestruturas, de modo a possibilitar a criação de uma estrada que liga os dois concelhos a fim de potenciar as vantagens da articulação intermunicipal. Na sequência dos esclarecimentos prestados mencionou que as reuniões da comissão municipal de apoio ao idoso, são periódicas, de maneira a preservar os idosos que necessitam de mais e maior preservação desta população vulnerável. Já no respeitante à reunião com o núcleo de desporto da UTAD, que manifestou disponibilidade em apoiar atletas federados, nomeadamente do grupo municipal de natação, e em resposta ao Sr. Deputado Miguel Saraiva, que a intenção acerca do futuro do grupo municipal de natação, será o que as associações quiserem e acharem que é melhor, pois o grupo não é propriedade da câmara municipal. Se dúvidas existiam acerca da pertinência de umas piscinas municipais, hoje as mesmas não existem, na medida em que servem muita gente, nomeadamente contando com 1200 utentes inscritos, com cerca 50 atletas, dos quais 30 são federados e ainda cerca de 450 alunos

por período escolar que igualmente usam estas instalações para as suas aulas desportivas, e todo este sucesso tem o grande contributo da equipa técnica que se criou no espaço e por isso merece uma palavra de reconhecimento.

Em resposta ao Deputado Raúl Gonçalves, relativamente ao projeto do mercado municipal, ressaltou que a ambição primeira não foi possível e nesta medida a ambição cresce com este novo quadro comunitário, ressaltando as características complexas do mesmo sobretudo no âmbito do autoconsumo e eficiência. Já no que se refere à animação para os idosos, a colaboração tem sido feita com as várias IPSS do concelho e abertura à comunidade pode ser uma possibilidade, mas implicará uma logística diferente e que terá de ser refletida em conjunto com os Srs. Presidentes de Junta.

Em resposta ao Deputado Miguel Saraiva, acerca do número de fogos previstos no âmbito da ELH, não consegue elencar um número, mas aludiu acerca das ambições quanto à habitação a custos controlados, com espaços já previstos para a criação de fogos para servir as famílias, através do arrendamento acessível.

Para finalizar em resposta à Deputada Carla Borges, relativamente à reunião sobre os baldios da Ferraria-Sedielos, mencionou que o responsável dos baldios, expôs as dificuldades dos mesmos e até a possibilidade de o Município poder em sinergias com os mesmos compartilhar determinadas despesas de modo a potenciar aqueles territórios.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, que retrocedeu um pouco, para mencionar a questão do anuário financeiro, que mencionava o nosso município e desde o primeiro momento sabia que era um erro e nada mais que isso, dada a certificação dos documentos pelo TOC, o que levou ao contacto com o anuário, de modo a possibilitar a retificação dessa gralha. Já no respeitante ao ponto 2, propriamente dito, com o empréstimo de curto prazo este ano por uma questão de prudência, na medida em que vai-se avançar com a aquisição de terrenos no valor de cerca de 800 mil euros, na lógica da ELH, em que o Município tem de avançar com capitais próprios numa fase inicial, e numa corrida contrarrelógio, pois o financiamento a 100% é para as primeiras 26 mil famílias e até agora todas as candidaturas submetidas até ao momento, têm sido financiadas a 100% e nessa senda, o empréstimo facilita esta gestão eficiente das oportunidades e ainda até junho, será fechado o quadro comunitário o que leva a pagamentos adiantados. Chegados, a 31 de dezembro de 2023, o valor deixa de

existir, pois é uma disponibilidade financeira que permite criar margem para a eficiente gestão do dia a dia.

O deputado único do CH prescinde do uso da palavra.

A Deputada Carla Borges, do PS, assumiu a preocupação do grupo municipal por o município recorrer a empréstimos de curto prazo, considerando que se trata de obrigações não de curto prazo, mas antes de médio e longo prazo. No seu entender usar estes empréstimos para o carácter estrutural do município é nefasto para gestão financeira.

O Deputado Raúl Gonçalves, do PSD, manifesta o voto favorável do partido nesta matéria, pois entende que é uma ação facilitadora da gestão diária do município, adotada por executivos também do PS. Configuram-se como instrumentos com a duração de um ano, que não acarreta endividamento de longo prazo.

Para encerramento, usou da palavra o Sr. Presidente que reafirmou à deputada Carla Borges que o empréstimo é efetivamente de curto prazo, pois é relativo a um ano económico. A dúvida que existiu, foi quanto ao valor, que poderia ter até sido maior. Este instrumento serve para adiantar valores e permitir uma gestão mais eficiente das oportunidades para o município.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação do empréstimo de curto prazo – exercício económico de 2023, foi aprovada por 20 votos a favor, 0 abstenções e 9 votos contra.

Deu-se entrada no ponto 3 da ordem do dia, tomou da palavra o Sr. Presidente, que elucidou que a alteração ao regulamento municipal de arrendamento acessível, tem que ver com 3 aspetos exigidos pelo IRUH, nomeadamente na página 7, no que se refere aos contratos e os respetivos benefícios fiscais; na página 15, referente à subscrição e a colocação à autoridade tributária e ainda um anexo acerca dos rendimentos em falta.

O deputado único do CH prescinde do uso da palavra.

A Deputada Carla Borges, do PS, mencionou que se tratam de alterações necessárias, que visam dar respostas a pedidos e o PS é um partido de causas sociais, manifestando assim o seu voto favorável.

O grupo municipal do PSD prescinde do uso da palavra.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da alteração orçamental n.º 8, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 4 da ordem do dia, usou da palavra o Sr. Presidente, que esclareceu que tem que ver com a dinâmica da realidade, mantendo o valor, mas acrescentando o número de fogos, informou ainda que atualmente estão 27 candidaturas privadas submetidas, tendo sido aprovadas 24, já quanto às candidaturas da Câmara Municipal, todas foram aprovadas. Identificou espaços que se pretendem adquirir para requalificar no âmbito da ELH, para financiamento a 100%.

O grupo municipal do CH, prescinde do uso da palavra.

A Deputada Carla Borges, do PS, refere que esta estratégia visa dar resposta a novos pedidos e nesse sentido votarão favoravelmente.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração à Estratégia Local de Habitação de Peso da Régua, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 5 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, aquisição de serviços do Revisor Oficial de Contas, com atualização dos preços que já há algum tempo não era atualizado.

Todos os grupos municipais prescindiram do uso da palavra.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa Apresentação, discussão e aprovação da aquisição de serviços – Revisor oficial de contas, foi aprovado por unanimidade com 29 membros presentes.

Deu-se entrada no ponto 6 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dando nota de que decorrido cerca de um ano da tomada de posse do governo, tem de ser trazido à discussão o assunto da Casa do Douro novamente, propôs em sede de CIM do Douro, a reativação da comissão que apresentou propostas sobre o modelo da nova Casa do Douro, com preparação para a tomada da posição. Realçou a venda de lote de vinhos, para fazer face a despesas correntes, e desta feita com este documento para a preservação do edificado desta instituição, nomeadamente acerca do edifício sede que é mais do que de Peso da Régua, mas sobretudo do Douro. Referiu, ainda, os problemas existentes no âmbito do modelo de funcionamento da Casa do Douro, que têm no seio da assembleia

da república, com o PS e o PSD, entendimento acerca da articulação de posições para existência de uma associação com direito público, com inscrição obrigatória. A ideia de desafiar o Deputado Agostinho Santa, da sua parte o processo está pronto, nomeadamente, o que se deve, o que cabimentar para o que se deve, a grande questão que se põe é precisamente saber o que se fazer com o remanescente, algo distinto do que acontece com outras instituições no país, tais como bancos, companhias aéreas e afins, pois é necessário entregar o património que é dos reguenses. O stock existente é suficiente para pagar as dívidas e ainda sobrar uma quantidade assinalável de vinhos e de património, que possibilita a existência de uma associação a sério, muito importante para os nossos viticultores.

Tomou a palavra o Deputado Eduardo Miranda, do CH, aludindo que a elaboração da proposta é muito assertiva e que está muito bem feita, sugeriu propor à Ministra da Agricultura e da Alimentação um levantamento das necessidades de intervenção urgentes do edifício sede da Casa do Douro e que as mesmas sejam orçamentadas, com a colocação em hasta pública do quantitativo necessário para a realização destas intervenções, questionou ainda acerca do vinho do porto que será colocado à venda, se será do pertencente aos Durienses ou o pertencente ao Estado, aludindo que concorda que seja vendido o que está hipotecado ao Estado e não o pertencente aos Durienses.

Por imposição legal, foi votado o prolongamento por um período máximo de mais duas horas, o qual foi aprovado, por unanimidade, com 29 votos.

Intervém a Deputada Carla Borges, do PS respondendo ao Deputado do CH, que relativamente ao Dr. Agostinho Santa, nada tem que ver com uma questão pessoal, mas sim com um pedido de informação dado o seu cargo na Assembleia da República, nomeadamente relativamente à Casa do Douro. O apego dos Durienses ao edifício da Casa do Douro, é enorme, o mesmo representa todo o esforço dos vitivinicultores do território, é em resumo a casa dos durienses. Existe um imbróglio legal criado pelo PSD/CDS-PP, em que a Casa do Douro é de uma associação e o vinho de outra, Agostinho Santa, fez o trabalho de identificação do que se deve e do que se tem para pagar o que se deve, no referente à proposta em apreço os vereadores do PS em reunião de Câmara Municipal, votaram favoravelmente de modo a que se consiga reabilitar um património importantíssimo para o território, que se encontra em estado de deterioração elevado. E desta feita, o grupo municipal, votará a favor a iniciativa, pois entendem que tudo o que for possível fazer para o bem da instituição, estarão sempre a favor.

Toma a palavra a Deputada Cátia Trindade, do PSD, relevando que o assunto é recorrente e que une todos, considerou que é a altura de o mesmo voltar à discussão, estando o edifício num estado de degradação profundo, tornando-se possivelmente num problema de segurança pública e nesta senda o grupo municipal do PSD, votará favoravelmente a proposta apresentada.

Para fins de encerramento, usou da palavra o Sr. Presidente, salientando que o assunto é unânime já há algum tempo, recordando que em 2003, existindo as Comunidades Intermunicipais, o peso institucional nesta matéria seria muito distinto, dada a transversalidade do Douro a 4 distritos, muito latos em termos de questões, algo distinto no caso da CIM Douro, que se congrega em torno desta questão. Considerou que o problema tem de ser resolvido nesta legislatura, dadas as condições de representatividade do PSD e PS atualmente, condições únicas e difíceis de voltar a repetir no tempo. Urge termos uma associação que exerça plenamente a defesa dos nossos viticultores, a nossa região é distinta de outras no país, com uma especificidade muito própria, denotando que é a região Demarcada e Regulamentada mais antiga do mundo com as suas idiossincrasias, que carecem de um enquadramento adaptado e cuidado. Em conclusão, referiu que concorda com a alienação do vinho pertencente ao Estado, dada a sua obrigação, mas nem com o que é nosso se consegue fazer as obras, será difícil libertarem esse património para a execução das obras. A solução tem de ser criada na Região e não fora dela, pois extravia a viabilidade e a representação dos interesses das nossas gentes.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação da proposta para obras de conservação do Edifício sede da Casa do Douro foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 7 relativo à apresentação, discussão e aprovação do protocolo com vista ao procedimento único do concurso público para aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para as instalações dos municípios da CIM Douro e afins-2023.

Tomou a palavra o Sr. Presidente, aludindo que os custos da eletricidade aumentaram em larga escala, nomeadamente na energia pública disparou e é um problema que se encontra para ficar, estando a analisar também se em termos do quadro comunitário existem soluções de modo a acautelar esta situação com condições muito limitativas. Este pedido de autorização, visa obter energia a preços mais competitivos.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação do protocolo com vista ao procedimento único do concurso público para aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para as instalações dos municípios da CIM Douro e afins-2023 foi aprovada com 27 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 8, tomou a palavra o Sr. Presidente, aludindo que relativamente à recolha dos resíduos sólidos urbanos, as indicações dizem que os custos têm de ser cobertos em 90% pela receita. Tem havido um apoio muito significativo a todos os municípios através de um apoio direto na água, resíduos e lixo, um financiamento que se manterá, promovendo um ajustamento do tarifário gradual, com uma aproximação à cobertura de 90%. A redefinição dos escalões tem que ver com as indicações elencadas pela ERSAR, pagando mais quem tem mais consumo. Globalmente, estamos distantes do valor de cobertura e recentemente tem havido acréscimos de custos, nomeadamente no respeitante aos depósitos em aterro, existirá um acréscimo de 73 mil euros, pois a RESINORTE, atualizou a tarifa acrescentando cerca de 10 euros, uma tarifa que reflete todos os custos efetivos, distinto da postura do município que efetua uma separação entre o rural e o urbano, pois o serviço é distinto, igualmente em 2024, existe a obrigatoriedade da recolha de orgânicos, aumentando ainda mais o valor. Existe uma candidatura para a aquisição de uma viatura elétrica, para a recolha de orgânicos dos grandes consumidores, tais como IPSS, restaurantes e afins. Destacou que é um caminho gradual e que a taxa de cobertura da receita atual é de 33%, propondo deste modo uma atualização das tarifas, nomeadamente nas tarifas superiores de modo a salvaguardar sobretudo as famílias e os mais baixos consumos.

O grupo municipal do CH, prescinde do uso da palavra.

Usou da palavra a Deputada Carla Borges, do PS, considerando que o Município tem acompanhado os ditames de aumento progressivo até emanados pelo Estado, contudo consideram que embora compreendam a necessidade do aumento dos valores, importa salientar que estes custos estão refletidos no custo final, de um modo desproporcional, pois socialmente, com a crise que se está a viver, deve haver uma reflexão dessa ajuda às famílias reguenses na atualização das taxas, pois é no presente que as famílias mais precisam. Denotam ainda que na consulta efetuada ao site do Município, na rubrica de outras receitas, no referente aos resíduos sólidos urbanos, os valores encontram-se desatualizados, concluindo com um apelo a uma divulgação mais profícua aos cidadãos elegíveis nos termos do regulamento, de modo a poderem auferir o apoio previsto.

Intervém o Deputado Raúl Gonçalves, do PSD, realçando o apoio que o executivo municipal tem dado a todos os municípios, quer nos resíduos sólidos, mas também nas águas nos últimos anos, com a certeza de que continuarão a fazê-lo com a coerência prometida aos reguenses, em que progressivamente chegaríamos aos valores exigidos pela UE e Governo de Portugal, no mínimo aos 90% dos custos serem cobertos pelas receitas. Salientou, ainda, a distinção positiva entre os sólidos urbanos e rurais, manifestando a intenção de voto favorável da parte do grupo municipal do PSD.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para fins de encerramento, referindo que acompanha as preocupações deixadas pela Deputada Carla Borges, acerca da atualização das informações no site da câmara municipal e ainda acerca da divulgação dos apoios para apoiar os mais necessitados e carenciados no concelho, acrescentando que acredita que a tendência futura será efetivar um apoio ainda mais incidente aos que mais necessitam.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação da proposta de alteração ao tarifário de resíduos sólidos urbanos, foi aprovada com 0 votos contra, 17 votos a favor e 12 abstenções.

Deu-se entrada no ponto 9, usou da palavra o Sr. Presidente, referindo que esta proposta vem na sequência da anterior, com a mudança da alçada da água do município para a empresa intermunicipal e neste processo o aumento verificado, foi dividido a meias com os reguenses, tendo sempre sido afirmado que se estava perante um tarifário de ajustamento social que tinha de ser feito e até agora não tem sido alterado. Referiu que a empresa intermunicipal das águas, se encontra a fechar contas e para além das atualizações da inflação, tem existido uma manutenção das tarifas, e mesmo sem as contas totalmente fechadas, o ano será fechado sem défice, havendo assim um equilíbrio nas contas, com uma manutenção do rumo e aposta na eficiência da empresa, com investimentos no terreno a fim de regular o sistema e torna-lo mais sustentável, tendo mesmo sido atribuído no ano anterior um prémio de eficiência pelo fundo ambiental de 1 milhão de euros, e no ano presente a tendência aponta para o ganho desse prémio igualmente, o que tem despoletado a intenção de vários municípios limítrofes de aderirem, fruto dos bons resultados consolidados que a mesma tem apresentado, sendo que estes terão de cumprir os requisitos de envelope financeiro no sistema, capaz de acompanhar os níveis já praticados na empresa, de modo a não comprometer a estabilidade e sustentabilidade do projeto, com 30 milhões de investimento atualmente no terreno. Denotou o papel importante dos funcionários no cumprimento e persecução destes objetivos, em particular

os do núcleo do Douro e Corgo que dão respostas muito positivas com resultados muito sólidos no território.

O grupo municipal do CH, prescinde do uso da palavra.

Usou da palavra a Deputada Carla Borges, do PS que mencionou que não é entendível o porquê de com a previsão do início da crise económica que assolará as famílias reguenses, o executivo proponha a descida da ajuda na tarifa social, de 50% para 35% ou 30%, referindo que há câmaras que irão ajudar neste bem essencial, o executivo do PSD sempre argumentou não aumentar o preço da água para alívio das famílias e no entender do grupo municipal do PS, agora que elas mais precisam é necessário uma verdadeira tarifa social, salientando que existe a salvaguarda da aplicação das tarifas especiais previstas em regulamento da AdIN, com a imputação destes custos ao município e mais uma vez consideram existir a necessidade de uma maior e mais profícua divulgação destes mecanismos para quem pode solicitá-los o possa fazê-lo.

Tomou a palavra o Deputado Raúl Gonçalves, do PSD que enalteceu em nome do grupo municipal todo o apoio que o executivo tem vindo a prestar a todos os reguenses que usufruem do consumo de água, reiterando aos deputados do grupo municipal do PS, que o afirmado pelo PSD é contrário ao que o PS referiu acerca do PSD, esclarecendo que o que foi dito poderá ser referido pelo Sr. Presidente, que melhor do que ninguém está capacitado para o efeito. Postulou que a postura do PSD fora sempre de coerência e seriedade, cumprindo o que é dito, sendo a prova desta evidência a escolha dos reguenses há 17 anos do PSD para a liderança dos destinos da autarquia. Anotou a importância da diferenciação entre os consumidores comerciais e os restantes, pois entende o grupo municipal que quem é mais gastador deve ter a consciência de que deve diminuir os consumos, dada a necessidade de racionalizar o bem precioso que é a água, esta é a coerência do PSD, o verdadeiro ajustamento das tarifas dos consumos de água e dos resíduos sólidos.

Usou da palavra a Deputada Carla Borges, do PS que mencionou ao Deputado Raúl Gonçalves, que as palavras que profere também são sérias e coerentes, referindo que a oposição feita não é de brincadeira, mas sim séria. Os deputados da oposição também estão legitimados para o exercício das suas funções democraticamente. O grupo municipal do PS interpretou que o PSD não ia penalizar as famílias e numa assembleia municipal, em 2017, recordam-se que numa assembleia municipal de o Sr. Presidente

dizer que enquanto estivesse em funções faria todos os possíveis para não aumentar os preços.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para fins de encerramento, ripostando as palavras da Deputada Carla Borges, afirmando que nunca disse o que esta afirmou, procedendo à reafirmação do que realmente disse, nomeadamente acerca da história do processo, mencionando que o executivo que esteve em funções até 2017, defendeu sempre que houvesse um sistema agregado que fizesse essa atualização, foi este o compromisso feito e novo executivo manteve a palavra. Já depois desse processo existiu a manutenção da palavra dada, em que até ao momento em que tivemos o sistema agregado não foi alterada a tarifa, posteriormente foi feito aquilo que sempre foi dito, ou seja, um ajustamento gradual, mantendo a coerência até então. Prova disso é o documento da estratégia submetido à Assembleia que retrata o que está a enunciar. Reafirmou que não é possível ter uma coisa e o seu contrário existindo dívida, pois foi dado no ano anterior um apoio aos reguenses de 600 mil euros na água e saneamento, foi esta a comparticipação social dada pelo município, e o PS ao dizer que a dívida é grande é dizer que não podemos apoiar as famílias. O défice não existia se não houvesse este apoio, pois quando o executivo era PS, a água dava lucro, pois era cobrado o saneamento que era descarregado no rio. Reafirmou, por fim, que o compromisso está contemplado na proposta, com um ajustamento às tarifas gradual, tal qual como falado aos reguenses. No referente ao apoio às IPSS, já existe desde 2020 e a outras associações, pagam 55 cêntimos por m<sup>3</sup> de toda a água que consomem, mantendo no presente o mesmo apoio. Quando o mesmo acabar, os reguenses, terão outros apoios nomeadamente no âmbito da saúde, entre outros.

Usou da palavra a Deputada Carla Borges, do PS que respondeu ao Sr. Presidente, perguntando se o mesmo quando chegou ao executivo aboliu essa tarifa. E aludiu que o PSD votou sempre favoravelmente ou absteve-se a todas as iniciativas do executivo do PS à data, relativamente à matéria das águas.

Usou da palavra o Deputado Raúl Gonçalves, do PSD que mencionou o PSD continua a ser sério e coerente, e para a constatação da veracidade das palavras do Sr. Presidente é consultar a ata desta Assembleia de dezembro de 2017, na página 7 e 8, onde é transcrito exatamente aquilo que o PSD e o executivo, sempre disse aos reguenses.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para fins de encerramento, dizendo à Deputada Carla Borges, que não aboliram, pois quando chegaram ao executivo no final do ano de 2005,

em junho de 2006, começou-se a ter a estação de tratamento em funcionamento, ou seja, colocaram em funcionamento o que devia ser. O PSD à data, votou contra e efetuou uma moção na Assembleia Municipal, clarificando que não concordavam pois estava a ser cobrado aos munícipes um serviço que não existia.

Foi dada a palavra para resposta à Deputada Carla Borges, do PS para esclarecer que quando fala no Sr. Presidente, se refere às posições do PSD.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação da proposta de alteração do apoio social para o abastecimento de água e saneamento, foi aprovada com 10 votos contra, 2 abstenções e 17 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 10, tomou a palavra o Sr. Presidente referiu que responde aos compromissos assumidos com os reguenses e este respondem à continuidade da visão estratégica para o concelho, com uma ideia de aumento da coesão territorial e de afirmação do concelho na região e no país, num ano complexo, com a questão da inflação, aumento dos juros, guerra da Ucrânia entre outros que serão determinantes, tais como o encerramento do quadro comunitário, havendo deste modo um conjunto de obras que ficarão concluídas, como o Hospital D. Luiz I, a primeira fase das Caldas do Moledo, a conclusão da Avenida Dr. Manuel de Arriaga e mais um conjunto de obras que se concluirão. Afirmou que será igualmente um ano muito importante, para a promoção do território com o galardão de Cidade Europeia do Vinho 2023, havendo uma aposta contínua na promoção do turismo, no trabalho na dimensão cultural, numa ótica de afirmação e consolidação desta vertente. Neste ano de 2023, é relevante elencar algumas circunstâncias tais como: no rio Douro, o campeonato mundial de motonáutica, com projeção televisiva e de valorização do território; a preparação do próximo quadro comunitário; relativamente ao planeamento está a ser encetada a fase de revisão do PDM e do POARC relativo ao ordenamento das albufeiras; será o ano de conclusão do plano de pormenor da mil Norte, que trará um investimento significativo para o território; no âmbito do 1º Direito e da ELH no concelho, estará em pleno funcionamento, e fruto destas obras para ajuda às famílias, consta do plano em apreço uma rubrica com um valor de 1.700.000 euros, que se encontra na receitas e na despesas, uma rubrica de fluxo financeiro, de modo a gerir as candidaturas de modo mais eficientes; no procedimento da habitação a custos controlados, terá desenvolvimentos neste ano de 2023 com a preparação com um horizonte de 2030, com a assunção de todas estas habitações, a reabilitação da Casa Vaz para uma grande loja de Cidadão, as ecopistas, a ligação ao troço

empresarial com o estudo de viabilidade a iniciar-se, entre outras, serão investimentos importantes para o concelho, compaginados naturalmente com diversos investimentos privados, que muito alavancam o turismo no nosso território. No atinente às freguesias, aos dias de hoje, têm resolvidos os seus problemas estruturais, nomeadamente no abastecimento de água e rede de saneamento, existe uma viragem para a valorização económica e de consolidação turística, como é exemplo, o parque de caravanismo em Sedielos, os miradouros em Canelas e em Galafura com vista ao melhoramento do miradouro que já é uma enorme referência no concelho. Será efetuada uma atualização dos valores transferidos para as competências de limpeza das juntas de freguesia e nas duas juntas de freguesia que têm jardim de infância, aposta de um trabalho de proximidade e para que possam agir em conformidade. Relativamente aos recursos humanos, este ano será complexo, sobretudo no que diz respeito às atualizações dos vencimentos, com um acréscimo a rondar os 400 mil euros, que pode ser acrescido com a transferência do centro de saúde para o município. Está também a decorrer um procedimento concursal para fazer face aos elementos que se estão a aposentar, mais os recursos humanos que serão necessários para as caldas do moledo e das Unidades de Saúde Familiar.

Usou da palavra o Deputado Eduardo Miranda, do CH que pretendeu dar um contributo ao executivo municipal, relativamente ao setor da cultural, muitas das propostas são repetidas e que deveriam ser consideradas novas iniciativas, para haver uma disputa entre Lamego e Vila Real, ficando ainda com a ideia dada acerca da relativamente ao muro do bairro verde não constava por escrito no plano de atividades e por fim sugeriu ainda a criação de um arquivo municipal, que funcione como um repositório digno da memória do concelho; um levantamento dos grupos de teatro amador do país, para a criação de um festival deste âmbito que centralizasse a cidade neste domínio; na área musical a promoção de iniciativas alternativas, nomeadamente de Jazz; criação de um prémio de magia no Douro, aproveitando a existência de um ilusionista de renome nacional, natural da cidade.

Tomou a palavra o Deputado Luís Monteiro, do PS referindo que relativamente ao plano este é demasiado ambicioso, para o horizonte de apenas um ano, uma vez que muitas medidas nele inscritas não têm qualquer menção no plano plurianual de investimentos e algumas prolongam-se ao longo do tempo, sem se notar qualquer avanço nos mesmos, são promessas desde 2017, sem concretização financeira. Já no que concerne ao Plano

Plurianual, grande parte das medidas descritas não têm qualquer inscrição financeira, tendo um valor global de cerca de 13.5 milhões de euros, o que representa um aumento de 15% relativamente a 2022. Salaria que em 2022, só foram executados 39% das medidas inscritas no plano nesse mesmo ano, prevendo-se, no entender do grupo, que será baixo o grau de execução do plano plurianual, algo que tem sido recorrente, tal como os valores do orçamento global que apresentam valores e as mesmas fragilidades desde 2017, este é o maior orçamento e no entender do grupo municipal do PS, os orçamentos apresentados pelo executivo municipal são sempre inflacionados, com fortes desvios no final do ano face aos documentos previsionais, entendendo que o plano e orçamento está tecnicamente mal elaborado, com ausências de suporte financeiro nos documentos apresentados, tendo desta forma os vereadores do PS em sede de reunião de câmara, de modo a aumentar a competitividade do concelho especialmente no eixo de Vila Real, Peso da Régua e Lamego. Foi lida a declaração de voto dos vereadores do PS apresentada em sede de reunião de câmara ao plano e orçamento em apreço, os deputados do PS, subscrevem a declaração de voto apresentada e irão votar contra a proposta de plano e orçamento para 2023.

Usou da palavra o Deputado Raúl Gonçalves, do PSD, referindo que desde 2017 todos os dezembros, o PS tem exatamente o mesmo discurso face ao plano e orçamento, votando sempre contra o mesmo, apenas havendo uma exceção em 2020, em que se abstiveram. Destacou que alguma coisa mudou apesar de tudo, sobretudo, pelo facto de o Deputado Luís Monteiro se ter limitado a ler a declaração de voto dos vereadores do PS. Relevou que um plano, é precisamente um documento previsional e duvidou que todas as obras mencionadas não estejam a fazer o seu caminho, estão em execução, como são exemplo o Hospital D. Luiz I, as Caldas do Moledo, a avenida Dr. Manuel de Arriaga. Anunciou o sentido de voto favorável da parte do grupo municipal do PSD, defendendo que este plano e orçamento vai de encontro aos interesses dos reguenses.

Usou da palavra o Deputado Luís Monteiro, do PS que retorquiu que o Deputado do PSD esteve distraído e não ouviu a primeira parte da sua intervenção anterior, na qual transmitiu várias informações à Assembleia, para além da leitura da declaração de voto dos vereadores do PS. O problema referido não é o tempo de execução, mas sim a ausência de inscrição financeira dessas obras.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para encerramento, referindo ao Deputado Luís Monteiro, que relativamente às obras às quais aludiu, a fonte do milho, encontra-se

finalizada, o que falta são os equipamentos da direção geral de cultura que ainda não os colocou no centro interpretativo, da parte da câmara municipal a obra está pronta. Em conclusão, referiu que o documento tem uma visão dos compromissos e não faz sentido a antecipação da discussão num documento desta natureza.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação do orçamento e plano plurianual de investimentos de 2023, foi aprovada com 9 votos contra, 0 abstenções e 20 votos a favor.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e nove dos Senhores e Senhoras Deputados(as), aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.